

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Versão e data de última atualização: V2.0 2024.07.03

A partir de 25 de maio de 2018, passou a ser aplicável o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados Pessoais – Regulamento nº 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, que estabelece as regras relativas à proteção, tratamento e livre circulação dos dados pessoais das pessoas singulares e que se aplica diretamente a todas as entidades que procedam ao tratamento desses dados, em qualquer Estado membro da União Europeia, nomeadamente Portugal.

No âmbito e para efeito dos serviços que prestamos, o Grupo Cardoso recolhe dados pessoais (e.g. Dados de identificação, contacto, sensíveis, entre outros). O Grupo Cardoso, na medida em que determina os meios de tratamento e as finalidades, é a entidade responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais, tendo assumido o compromisso para assegurar a proteção da sua privacidade, atuando em conformidade com a lei e o novo Regulamento. Nesta Política de Privacidade, reiteramos o nosso empenho na implementação de medidas para a conformidade, em particular para garantir:

- um tratamento lícito, suportado por uma base legal, interesse legítimo ou consentimento do titular dos dados;*
- que o tratamento é limitado à finalidade para o qual os dados foram disponibilizados;*
- que existem mecanismos para obter exatidão e completude dos dados por si disponibilizados;*
- a minimização dos dados requeridos, solicitando apenas os adequados à finalidade;*
- a limitação no armazenamento dos dados, de acordo com os prazos de retenção definidos;*
- a implementação de medidas para integridade e confidencialidade da informação.*

O Grupo Cardoso desenvolveu e encontra-se a implementar a presente Política de Privacidade que inclui um vasto conjunto de medidas para proteção dos seus dados pessoais. A presente informação, pretende de forma estruturada e simplificada apresentar a respetiva política de privacidade.

Recomendamos que leia toda a nossa Política de Privacidade, ficando a conhecer mais sobre quais os dados pessoais que tratamos, para que finalidades e quais as medidas de segurança que o Grupo Cardoso implementou para assegurar a proteção da privacidade dos dados que nos são, por vós, confiados no âmbito da prestação dos nossos serviços.

Esta Política de Privacidade disponibiliza também a informação sobre os seus direitos, como titular de dados, e de como pode pedir o exercício dos mesmo ao Grupo Cardoso. Ver Secção “Pedido de Exercício dos Direitos”.

Entidade Responsável pelo Tratamento dos Dados Pessoais

O Grupo Cardoso presta serviços hoteleiros incluindo Time-Sharing e serviços associados como restauração, organização de eventos, bem-estar e lazer.

Responsável pelo tratamento: J. Cardoso, S.A, com sede no Hotel Baía Azul – Rua Quinta Calaça Nº 1, 9004-530 Funchal, pessoa coletiva nº 511 013 248

Encarregado de Proteção de Dados

Atendendo à obrigação legal que resulta da alínea a) do n.º 1 do artigo 37.º do RGPD e artigo 12º da Lei de Execução Nacional, o Grupo Cardoso designou um Encarregado de Proteção de Dados, responsável por garantir, entre outros aspetos, a conformidade das atividades de tratamento e proteção de dados pessoais sob a responsabilidade do Grupo Cardoso, de acordo com a legislação aplicável e com a presente Política.

Assim, os titulares de dados pessoais, caso o pretendam, podem endereçar uma comunicação ao Encarregado da Proteção de Dados, relativamente a assuntos relacionados com o tratamento de dados pessoais através dos contactos indicados na secção “Contactar a equipa responsável pela proteção de dados” desta política de privacidade.

Inventário de tratamento de dados

O Grupo Cardoso possui o registo de tratamento de dados, nos termos do artigo 30.º do RGPD, no qual estão identificados:

- O nome e os contactos do responsável pelo tratamento e, sendo caso disso, de qualquer responsável conjunto pelo tratamento, do representante do responsável pelo tratamento e do encarregado da proteção de dados;
- As finalidades do tratamento dos dados;
- A descrição das categorias de titulares de dados e das categorias de dados pessoais;
- Os prazos previstos para o apagamento das diferentes categorias de dados;
- As medidas técnicas e organizativas no domínio da segurança implementada para assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência dos sistemas e dos serviços de tratamento.

Categorias de Dados Pessoais tratados pelo Grupo Cardoso

Para efeitos da prestação de serviços, o Grupo Cardoso poderá tratar as seguintes categorias de dados pessoais:

- *Dados de identificação* (e.g. nome; número de identificação civil; número de passaporte; número de identificação fiscal);
- *Dados demográficos* (e.g. data de nascimento, género, nacionalidade, e país de residência);
- *Dados de contacto* (e.g. morada, contactos telefónicos, email)
- *Dados sensíveis, por opção do cliente* (e.g. restrições alimentares, preferências pessoais, condições de saúde e tratamentos como hóspedes que fazem diálise, outros);
- *Dados financeiros* (e.g. Cartão de Crédito);
- *Dados de férias e familiares* (e.g. composição familiar, preferências e frequência de viagens e outras informações do histórico de férias);
- *Dados de identificação eletrónica* (e.g. endereço IP usado para identificar um equipamento através da Internet).

Fundamentação para tratamento de dados pessoais

O Grupo Cardoso apenas trata dados pessoais sempre que se verifique, pelo menos, uma das seguintes situações:

Consentimento do titular: quando o titular dos dados tiver dado o seu consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais, para uma ou mais finalidades específicas, mediante expresso consentimento, que indique uma manifestação de vontade livre, específica, informada e inequívoca de que o titular consente no tratamento dos seus dados. O consentimento poderá ser obtido por quaisquer meios (incluindo eletrónico), conservando o Grupo Cardoso um registo do mesmo, como forma de poder comprovar que o titular deu o seu consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais.

O titular dos dados tem o direito de retirar o seu consentimento a qualquer momento, sendo que a retirada do consentimento não compromete a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado.

Execução de contrato ou diligências pré-contratuais: quando o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular.

Cumprimento de obrigação legal: quando o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica/legal. Nesta situação, enquadra-se, por exemplo, o tratamento de dados pessoais para cumprimento do dever que o Grupo Cardoso está obrigado:

- Nos termos da recolha dos dados a remeter para autoridades como o SEF (Decreto-Lei n.º 128/2014) ou autoridades policiais;
- Para registo em caso de alteração de proprietários no âmbito do Time-share

Interesse legítimo: quando o tratamento for necessário para efeito dos interesses legítimos prosseguidos pelo Grupo Cardoso ou por terceiros, exceto se prevalecerem os interesses ou direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

O fundamento de licitude para o tratamento dos seus dados pode ser consultado na tabela infra na secção “Finalidades, fundamento do tratamento e prazos de conservação dos dados pessoais”.

Finalidades de tratamento dos dados pessoais

Na persecução das suas atribuições, por via de relação contratual, obrigação jurídica e/ou interesse legítimo, o Grupo Cardoso poderá tratar os seus dados pessoais para as finalidades descritas na tabela infra na secção “Finalidades, fundamento do tratamento e prazos de conservação dos dados pessoais”. O Grupo Cardoso não utilizará os seus dados para além destas finalidades.

Prazos de Conservação dos dados pessoais

O Grupo Cardoso poderá manter os dados pessoais por períodos superiores à duração da relação contratual, seja com base no consentimento do titular de dados, seja para assegurar direitos ou deveres relacionados com o contrato, seja ainda porque tem interesses legítimos que o fundamentam, mas sempre pelo período estritamente necessário à realização das respetivas finalidades e de acordo com as orientações e decisões da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd).

Para conhecer os Prazos de Conservação dos seus dados pode consultar a tabela infra na secção “Finalidades, fundamento do tratamento e prazos de conservação dos dados pessoais”.

Finalidades, fundamento do tratamento e prazos de conservação dos dados pessoais

Finalidade do Tratamento	Categoria de Dados	Fundamento de Licitude	Prazo de conservação
Cientes: Hóspedes			
Reservas; Gestão da estadia no hotel e acompanhamento; Faturação; Qualidade e Satisfação do cliente;	Dados de identificação Dados de contacto Dados demográficos Dados financeiros Dados de férias e familiares Dados sensíveis	Contratual: Pré-contratuais; Contratual; Pós-contratuais decorrentes da prestação do serviço; Consentimento.	Permanente, até ao exercício dos direitos de oposição pelo Titular dos Dados e apenas após três meses do check out. O prazo pode ser superior para assegurar direitos ou deveres relacionados com o contrato ou para cumprir as obrigações legais.
Cortêsias: e.g. *Comunicação para entrega de objetos perdidos e achados; *Aniversário *Agradecimento *Cartas de boas-vindas	Dados de identificação Dados de contacto Dados demográficos	Interesse legítimo	O prazo pode ainda ser superior se existir um processo judicial em curso. Documentos referentes a cortêsias que seja recolhido pela equipa de limpeza do quarto após o check-out, não serão conservados mais do que vinte e quatro horas (e.g. cartas de boas-vidas).
Conservação de dados pessoais e preferências para serviço personalizado em futuras interações	Dados de identificação Dados de contacto Dados demográficos Dados financeiros Dados de férias e familiares Dados sensíveis	Interesse legítimo	
Para fins comerciais, de marketing e contatos relacionados com campanhas comerciais ou de marketing.	Dados de identificação Dados de contacto	Consentimento	Até revogação do consentimento pelo titular dos dados.

Finalidade do Tratamento	Categoria de Dados	Fundamento de Licitude	Prazo de conservação
- Reporte ao SEF	Dados de identificação Dados de contacto Dados demográficos Dados de férias e familiares	Obrigaçao legal	Trinta dias após submissão ao SEF.
- Faturação, Registos contabilísticos e respetivos documentos de suporte para reporte a Autoridades (e.g. AT)	Dados de identificação Dados de contacto Dados demográficos Dados de férias e familiares Dados financeiros	Obrigaçao legal: Junto das autoridades, (supervisão, tributária e fiscal, judiciais e policiais ou outras) Ou Para declaração, exercício ou defesa de direitos em processo judicial.	Prazo legal exigido conforme definido por cada obrigaçao legal específica.
- Seguro Responsabilidade Civil - Acidentes	Dados de contacto; Dados de identificação; Dados sensíveis	Relaçao contratual; Interesse Legítimo; Interesse Vital do titular;	Três anos após resolvido o incidente.
Cientes: SPA			
Tratamentos no SPA (Questionário de Saúde)	Dados de identificação Dados Sensíveis	Pré-contratuais; Contratual; Pós-contratuais decorrentes da prestação do serviço;	Trinta dias O prazo pode ser superior para assegurar direitos ou deveres relacionados com o contrato ou para cumprir as obrigaçoes legais. O prazo pode ainda ser superior se existir um processo judicial em curso.
Cientes: Time-share			
Gestão de contratos de Time Share - Base de dados clientes - Partilha frações: envio RCI - Alteraçao de proprietários	Dados de identificação Dados de contacto Dados demográficos Dados financeiros Dados de férias e familiares Dados sensíveis	Contratual: Pré-contratuais; Contratual; Pós-contratuais decorrentes da prestação do serviço; Obrigaçoes legais.	Fim do contrato Prazo legal exigido conforme definido pelas obrigaçoes legais específicas. Os prazos podem ser superiores para assegurar direitos ou deveres relacionados com o contrato ou para cumprir as obrigaçoes legais. O prazo pode ainda ser superior se existir um processo judicial em curso.
Estadias / Plano de reservas	Dados de identificação Dados de contacto Dados demográficos Dados financeiros Dados de férias e familiares Dados sensíveis	Contratual: Pré-contratuais; Contratual; Pós-contratuais decorrentes da prestação do serviço;	Três anos após a estadia O prazo pode ser superior para assegurar direitos ou deveres relacionados com o contrato ou para cumprir as obrigaçoes legais. O prazo pode ainda ser superior se existir um processo judicial em curso.
Cientes: Eventos			
Organização eventos por prestação de serviços a clientes	Dados de identificação Dados de contacto Dados financeiros Dados sensíveis	Contratual: Pré-contratuais; Contratual; Pós-contratuais decorrentes da prestação do serviço;	Enquanto decorrer o contrato O prazo poderá ser superior para assegurar direitos ou deveres relacionados com o contrato ou se existir um processo judicial ou uma obrigaçao legal a cumprir.
Cientes: Hóspedes, SPA, Time-share, Eventos			
Reporte a autoridades (Dossier Fiscal)	Dados de identificação Dados demográficos Dados financeiros	Obrigaçao legal: Junto das autoridades, (supervisão, tributária e fiscal, judiciais e policiais ou outras) Ou Para declaração, exercício ou defesa de direitos em processo judicial.	Prazo legal exigido conforme definido por cada obrigaçao legal específica.

Finalidade do Tratamento	Categoria de Dados	Fundamento de Licitude	Prazo de conservação
Qualidade - Análise de reviews - Avaliação de satisfação após estadia	Dados de identificação Dados de contacto	Interesse legítimo	12 meses.
Prestadores de Serviços			
Controlo de acessos e assiduidade	Dados de identificação Dados profissionais	Contratual; Pós-contratuais decorrentes da prestação do serviço;	Três meses. O prazo pode ser superior para assegurar direitos ou deveres relacionados com o contrato ou para cumprir as obrigações legais. O prazo pode ainda ser superior se existir um processo judicial em curso.
Serviços de Manutenção (TRT)	Dados de identificação Dados profissionais	Contratual; Pós-contratuais decorrentes da prestação do serviço; Obrigação legal	Prazo legal exigido conforme definido por cada obrigação legal específica.
Reporte a autoridades (Dossier Fiscal)	Dados de identificação Dados profissionais	Contratual; Pós-contratuais decorrentes da prestação do serviço; Obrigação legal	Prazo legal exigido conforme definido por cada obrigação legal específica.

Clientes, Prestadores de Serviços e Outros Titulares de Dados:

Categorias dos titulares de dados	Finalidade do Tratamento	Categoria de Dados	Fundamento de Licitude	Prazo de conservação
Titulares de dados que frequentam as instalações do Grupo Cardoso	Segurança de pessoas e bens através de sistema de videovigilância	Dados de identificação	Interesse legítimo	Trinta dias após captação da imagem. O prazo poderá ser superior se existir um processo judicial ou uma obrigação legal a cumprir.
Exercício dos Direitos dos Titulares de Dados	Registo e gestão dos pedidos de Exercício dos Direitos dos Titulares de Dados	Dados de identificação Dados de contacto	Obrigação legal	Até três anos, a contar da data da submissão do pedido de exercício dos direitos pelo titular dos dados. O prazo pode ser superior para assegurar direitos ou deveres relacionados com o contrato ou para cumprir as obrigações legais. O prazo pode ainda ser superior se existir um processo judicial em curso.

Candidatos a empregos/estágios:

Finalidade do Tratamento	Categoria de Dados	Fundamento de Licitude	Prazo de conservação
Processo de recrutamento (recolha de Curricula Vitae e candidaturas espontâneas)	Dados de identificação; Dados de contacto; Dados demográficos; Dados curriculares;	Diligências pré-contratuais e/ou Consentimento do titular dos dados para a avaliação do perfil e competências do candidato ao posto de emprego e conservação para ofertas futuras. Obrigações Legais	1 ano, a contar da data da recolha dos dados. Com exceção dos dados necessários ao cumprimento do disposto no Art.º 32 do Código de Trabalho os quais são armazenados por 5 anos.

Titulares de Dados que utilizam o site do Grupo Cardoso (<https://www.grupocardoso.pt/>):

Categorias dos titulares de dados	Finalidade do Tratamento	Categoria de Dados	Fundamento de Licitude	Prazo de conservação
Clientes, Parceiros comerciais ou prestadores de serviços (em nome individual), Candidatos a Recursos Humanos, Outros titulares que contactem o Grupo Cardoso	Pedidos de informação, sugestões, elogios, reclamações ou reservas através do Formulário "Contactenos".	Dados de identificação Dados demográficos Dados de contacto	Diligências pré-contratuais, execução de um contrato e diligências pós-contratuais decorrentes da prestação do serviço. Interesses legítimos	Prazo estritamente necessário à execução do pedido. O prazo poderá ser superior para assegurar direitos ou deveres relacionados com o contrato ou caso exista um processo judicial ou obrigação legal a cumprir.

Categorias dos titulares de dados	Finalidade do Tratamento	Categoria de Dados	Fundamento de Licitude	Prazo de conservação
via formulário "Contacte-nos".				
Cientes	Subscrição de ofertas promocionais, através de formulário online.	Dados de identificação Dados demográficos Dados de contacto	Consentimento	Até revogação do consentimento pelo titular dos dados.
Cientes	Reservas online	Dados de identificação Dados demográficos Dados de contacto Dados de Férias e Familiares Dados Sensíveis	Diligências pré-contratuais	Três meses após o check out

Transferência de dados a terceiros

Subcontratante e Responsáveis Conjunto

O Grupo Cardoso poderá recorrer a outras entidades por si contratadas (subcontratantes), para, em nome do Grupo Cardoso, e de acordo com as instruções dadas por este, procederem ao tratamento dos dados do titular, em estrito cumprimento do disposto no RGPD, na legislação nacional em matéria de proteção de dados pessoais e na presente Política.

Os subcontratantes não poderão transmitir os dados do titular a outras entidades sem que o Grupo Cardoso tenha dado, previamente e por escrito, autorização para tal, estando também impedidos de contratar outras entidades sem autorização prévia do Grupo Cardoso.

O Grupo Cardoso compromete-se a assegurar que estes subcontratantes serão apenas entidades que apresentem garantias suficientes de execução das medidas técnicas e organizativas adequadas, de forma a assegurar a privacidade dos dados dos titulares e a defesa dos seus direitos.

Todos os subcontratantes ficam vinculados ao Grupo Cardoso através de um contrato escrito, que inclui, o objeto e a duração do tratamento, a natureza e finalidade do tratamento, o tipo de dados pessoais, as categorias dos titulares dos dados, os direitos e obrigações das partes, incluindo o dever de confidencialidade, e as medidas de segurança a implementar.

O Grupo Cardoso, no cumprimento das suas atribuições, poderá recorrer a subcontratantes nas seguintes áreas: assessoria financeira e contabilística, assessoria em projetos, formação profissional, serviços de manutenção, seguradoras, assessoria jurídica, comunicação e imagem, serviços de internet e comunicações, entre outros.

O Grupo Cardoso poderá ainda transmitir dados a terceiros, designadamente, entidades às quais os dados tenham de ser comunicados de acordo com a legislação aplicável, como, por exemplo, SEF, a Autoridade Tributária, o Tribunal de Contas, autoridades policiais, tribunais, entre outras.

Direitos dos titulares sobre os seus dados

O Grupo Cardoso assegura aos titulares dos dados o exercício dos respetivos direitos, nos termos da legislação aplicável no âmbito da proteção de dados pessoais, nomeadamente:

- **Direito de acesso:** o titular tem o direito de obter a confirmação de que os dados pessoais que lhe dizem respeito são ou não objeto de tratamento e, sendo o caso, o direito de aceder aos seus dados pessoais, bem como obter as seguintes informações:
 - (i) As finalidades para as quais os seus dados pessoais são tratados;
 - (ii) O tipo de dados pessoais que são tratados;
 - (iii) As entidades a quem os seus dados pessoais podem ser comunicados, incluindo entidades da União Europeia ou organizações internacionais;
 - (iv) O prazo de conservação dos seus dados ou, se tal não for possível, os critérios para fixar esse prazo;

- (v) Os direitos de que goza em relação ao tratamento dos seus dados pessoais;
- (vi) Se os dados pessoais não tiverem sido recolhidos junto de si, informações sobre a sua origem e tipo de dados em questão.
- **Direito de retificação:** o titular tem o direito de solicitar, a qualquer momento, a retificação dos seus dados pessoais (fornecidos por si, p. ex: nome, morada, números de identificação civil, fiscal, contactos) e o direito a que os seus dados pessoais incompletos sejam completados, incluindo por meio de uma declaração adicional.
 - **Direito ao apagamento:** o titular tem o direito de obter, o apagamento dos seus dados quando se aplique um dos seguintes motivos:
 - (i) os dados do titular deixarem de ser necessários para a finalidade que motivou a sua recolha ou tratamento;
 - (ii) o titular retirar o consentimento em que se baseia o tratamento dos dados e não existir outro fundamento jurídico para o referido tratamento;
 - (iii) o titular opor-se ao tratamento ao abrigo do direito de oposição e não existirem interesses legítimos prevalecentes que justifiquem o tratamento;
 - (iv) caso os dados do titular sejam tratados ilicitamente;
 - (v) caso os dados do titular tiverem de ser apagados para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o Grupo Cardoso ou subcontratante estejam sujeitos. Nos termos legais aplicáveis, o Grupo Cardoso não tem a obrigação de apagar os dados do titular na medida em que o tratamento se revele necessário ao cumprimento de uma obrigação legal a que esteja sujeita ou para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito em processo judicial.
 - **Direito à limitação do tratamento:** o titular tem o direito de obter a limitação do tratamento dos seus dados se se aplicar uma das seguintes situações:
 - (i) se contestar a exatidão dos dados pessoais, durante um período que permita verificar a sua exatidão;
 - (ii) se o tratamento for ilícito e o titular se opuser ao apagamento dos dados, solicitando, em contrapartida, a limitação da sua utilização;
 - (iii) se a já não precisar dos dados do titular para fins de tratamento, mas esses dados sejam requeridos pelo titular para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial.
 - **Direito de portabilidade:** o titular tem o direito de receber os dados pessoais que lhe digam respeito (e fornecidos por si) , num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, e o direito de transmitir esses dados a outro responsável pelo tratamento, se:
 - (i) o tratamento se basear no consentimento ou num contrato de que o titular é parte e
 - (ii) o tratamento for realizado por meios automatizados.
 - **Direito de oposição:** o titular tem o direito de se opor a qualquer momento, por motivos relacionados com a sua situação particular, ao tratamento dos dados pessoais que lhe digam respeito que assente no exercício de interesses legítimos prosseguidos ou quando o tratamento for efetuado para fins que não sejam aqueles para os quais os dados pessoais foram recolhidos. O Grupo Cardoso deixará, nesses casos, de tratar os seus dados pessoais, a não ser que tenha razões legítimas para realizar esse tratamento e que estas prevaleçam sobre os seus interesses. O exercício do seu direito de oposição poderá implicar a suspensão ou cessação, total ou parcial, dos benefícios associados à finalidade do tratamento dos dados em causa.
 - **Direito a retirar o seu consentimento:** Nos casos em que o tratamento dos dados seja feito com base no seu consentimento, poderá retirar o consentimento a qualquer momento. Caso retire o seu consentimento, os seus dados pessoais deixarão de ser tratados, exceto se existir outro fundamento, como obrigações legais e regulamentares que justifique esse tratamento.

Dispõe ainda do direito de apresentar reclamação junto do Grupo Cardoso e da autoridade de controlo - Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd). A secção seguinte descreve como poderá exercer os seus direitos.

Contactar a equipa responsável pela proteção de dados

Contacto com o EPD do Grupo Cardoso

O Grupo Cardoso nomeou um Encarregado de Proteção de Dados Pessoais (EPD) que estará disponível para esclarecer todas as questões que considerem pertinentes relacionadas com o tratamento dos seus dados pessoais e exercício dos seus direitos.

Sempre que um titular de dados, nomeadamente clientes ou outros, pretender exercer os seus direitos, ou pedir informações no âmbito do Regulamento de Proteção de Dados, poderá fazê-lo através do endereço eletrónico:

epd.privacidade@grupocardoso.pt

ou presencialmente na nossa sede:

Hotel Baia Azul

Rua Quinta Calaça n.º1, 9004-530 Funchal

Exercício de direitos pelo titular

Os pedidos de informação e exercício dos direitos pelo titular são feitos por escrito, fazendo prova da sua identidade, mediante contacto com o Grupo Cardoso, o qual dará resposta por escrito (incluindo por meios eletrónicos) ao pedido do titular no prazo máximo de 30 dias a contar da receção do pedido, salvo em casos de especial complexidade e elevado número de pedidos, em que esse prazo pode ser prorrogado até dois meses.

O exercício dos seus direitos é gratuito, a menos que o pedido seja manifestamente infundado ou excessivo, podendo, em tais casos, ser cobrada uma taxa razoável considerando os custos associados.

Apresentação de reclamação à CNPD

O titular dos dados pode reclamar diretamente à Autoridade Nacional de Controlo de Dados Pessoais, a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), utilizando os contactos disponibilizados por esta entidade para o efeito, em www.cnpd.pt.

Violação de dados (Gestão de Incidentes de Segurança e Privacidade de Dados)

Em caso de violação de dados pessoais, e na medida em que tal violação seja suscetível de resultar num risco elevado para os direitos e liberdades do titular, o Encarregado de Proteção de Dados do Grupo Cardoso notificará a autoridade de controlo nacional dessa violação (CNPD) bem como comunicará a violação ao titular dos dados, até 72 horas após ter tido conhecimento da mesma.

Nos termos do RGPD, a comunicação ao titular não é exigida nos seguintes casos:

- Caso o Grupo Cardoso tenha aplicado medidas de proteção adequadas, tanto técnicas como organizativas, e essas medidas tenham sido aplicadas aos dados pessoais afetados pela violação de dados pessoais, especialmente medidas que tornem os dados pessoais incompreensíveis para qualquer pessoa não autorizada a aceder a esses dados, tais como a cifragem;
- Caso o Grupo Cardoso tenha tomado medidas subsequentes que assegurem que o elevado risco para os direitos e liberdades do titular já não é suscetível de se concretizar; ou
- Se a comunicação ao/aos titular/es implique um esforço desproporcionado para o Grupo Cardoso, este fará uma comunicação através dos seus canais de comunicação públicos (e.g. site ou redes sociais) ou tomará uma medida semelhante através da qual o/os titular/es serão informado/os.
- Qualquer violação de dados pessoais, cujo tratamento seja da responsabilidade do Grupo Cardoso, agradecemos que a reporte através do endereço eletrónico indicado na secção “Contactar a equipa responsável pela proteção de dados” nesta política de privacidade.

O Grupo Cardoso irá manter o registo da ocorrência da violação, da análise de risco, das medidas implementadas, assim como da necessidade de comunicar com a CNPD e com o Titular dos dados.

Medidas de segurança

Tendo em conta o princípio da proporcionalidade e adequabilidade, da segurança, os custos de aplicação e a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento, bem como os riscos de probabilidade, o Grupo Cardoso aplica medidas de segurança, técnicas e organizativas, adequadas, para assegurar um nível de segurança dos dados pessoais adequado ao risco. A implementação de medidas é um trabalho contínuo para salvaguardar a privacidade e segurança dos dados face aos riscos que são identificados nas análises de riscos do Grupo Cardoso. Alguns exemplos de medidas são listados em baixo:

- Realização periódica de ações de formação e/ou sensibilização em segurança da informação e proteção de dados para todos os colaboradores.
- Execução de um plano de backups;
- Instalação, manutenção e gestão dos sistemas de antivírus e de firewall nos computadores do Grupo Cardoso;
- Pseudonimização de dados pessoais;
- Encriptação de informação com dados pessoais para envio.
- Controlo de acessos às instalações físicas dos equipamentos do Grupo Cardoso;
- Sistema de deteção e extinção automática de incêndio;
- Entre outras medidas da Política de Segurança que estão implementadas ou em implementação.

Alterações à Política de Privacidade

O Grupo Cardoso pretende manter os titulares de dados sempre informados sobre os tratamentos aos seus dados, por isso prevemos a atualização e melhoramento contínuo da nossa Política de Privacidade. O Grupo Cardoso reserva-se o direito de proceder a alterações à presente Política de Privacidade, sendo essas alterações devidamente publicitadas no respetivo website (<https://www.grupocardoso.pt/grupo-politica-rgpd>) nas suas Receções e/ou noutros canais que considere adequados.

Quando fazemos alterações à Política de Privacidade, revemos a indicação sobre a “versão do documento” e “data de atualização” disponível no cabeçalho do documento.

Recomendamos que o titular de dados consulte regularmente a nossa política de privacidade para ser conhecedor da versão mais atual.